



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

ASSESSORIA JURÍDICA DO LEGISLATIVO PARECER JURÍDICO 141/2025 – PL 100/ 2025

Parecer jurídico ao projeto ao PL 100 de 2025 que “Dispõe sobre a criação da Semana do Descarte Consciente do Lixo e da Educação Ambiental na rede municipal de ensino de Bom Jardim de Minas e estabelece ações de conscientização e sustentabilidade.”

CONSULTA

Após solicitação do presidente desta Casa quando à legalidade do PL 100 de 2025 de autoria do Executivo Municipal, vem a assessoria jurídica do legislativo emitir parecer jurídico.

PARECER

Trata-se de matéria que visa a criação da Semana da Coleta Seletiva e da Educação Ambiental na rede municipal de ensino de Bom Jardim de Minas.

Importa registrar que a origem da proposta é especialmente relevante do ponto de vista educacional e democrático, uma vez que surgiu a partir de atividades pedagógicas desenvolvidas na disciplina Direito e Cidadania, ofertada no Ensino Integral da Escola Municipal. A iniciativa foi idealizada e construída pelos alunos do 4º e 5º ano, sob orientação do professor Franklin Marques, resultando de debates sobre cidadania, sustentabilidade, políticas públicas e participação social.

O tema, posteriormente, foi apresentado diretamente ao Presidente da Câmara Municipal, vereador Reinaldo Ribeiro Nunes, que acolheu a sugestão das crianças e, a partir dela, propôs a elaboração do presente Projeto de Lei.

O conteúdo do projeto se limita a instituir uma semana temática no calendário escolar e a autorizar o Poder Executivo a desenvolver ações educativas e ambientais, sem criação de estrutura administrativa, cargos, funções, aumento de despesas obrigatórias ou interferência na gestão pedagógica interna da Secretaria Municipal de Educação. Conclui-se, portanto, que a iniciativa é constitucional e plenamente válida.

No tocante à competência legislativa, a matéria enquadra-se tanto na competência comum prevista no art. 23, VI, da Constituição Federal, quanto na



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

competência suplementar do Município prevista no art. 30, II, da Carta Magna.

A Constituição Federal (art. 225) e a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) incentivam expressamente a adoção de iniciativas locais de educação ambiental, inclusive com integração ao currículo escolar, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) estabelece a transversalidade da educação ambiental no processo formativo. Assim, o Município possui plena competência para instituir ações dessa natureza. Conclusão: a matéria

No que se refere à compatibilidade com a Lei Orgânica Municipal, verifica-se que o projeto está em consonância os arts. 243 e seguintes, que dispõem sobre a educação e a participação social; bem como com as regras que disciplinam a iniciativa legislativa no âmbito municipal. Não há, portanto, qualquer afronta às disposições da Lei Orgânica. Conclusão: o projeto é plenamente compatível com a LOM.

No que se refere à análise orçamentária e financeira, observa-se que o projeto não cria qualquer despesa obrigatória. O art. 4º explicita que a instalação de lixeiras não constitui obrigação financeira imposta ao Poder Executivo; o art. 5º possui natureza meramente autorizativa, condicionada à conveniência e oportunidade administrativa, além da observância da Lei nº 14.133/2021; e o art. 7º reforça que a execução das ações previstas não implicará aumento de despesas.

Conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, apenas projetos que gerem despesa obrigatória de caráter continuado ou que promovam renúncia de receita exigem a apresentação de estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Não é o caso da presente proposta, que se limita a autorizar ações pedagógicas e ambientais, sem criação de encargos permanentes.

No tocante à análise material, a instituição de semanas temáticas no calendário escolar cumpre relevantes funções pedagógicas e sociais. O projeto fortalece práticas de cidadania, contribui para a concretização do art. 225 da Constituição Federal ao promover a educação ambiental, reforça políticas municipais de educação, integra escola, família e comunidade e incentiva comportamentos sustentáveis no ambiente escolar.

Ademais, por possuir caráter autorizativo, o texto não interfere indevidamente na gestão do Poder Executivo, respeitando a separação dos poderes e preservando a



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

autonomia administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Assessoria Jurídica conclui que o Projeto de Lei analisado é formal e materialmente adequado, não apresentando vícios de iniciativa, de competência ou de compatibilidade com a Lei Orgânica Municipal. A proposição revela-se constitucional e legal, podendo prosseguir regularmente em sua tramitação legislativa.

Eis o parecer.

Bom Jardim de Minas, 05 de dezembro de 2025.


Dra. Ana Clara Cirilo de Paula

OAB/MG 173.104